

## **A produção agrícola orgânica na região da Grande Dourados/MS: uma possibilidade sócio-ambiental alternativa.**

**Silvana Aparecida Lucato MORETTI**

Doutoranda em geografia IESA.

Bolsista CAPES.

[silvana.lucato@hotmail.com](mailto:silvana.lucato@hotmail.com)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Geralda de ALMEIDA

Orientadora no Programa

Pós-Graduação em Geografia do IESA

[mgdealmeida@gmail.com](mailto:mgdealmeida@gmail.com)

**Palavras chaves:** Produção Orgânica, Território, Identidade, Rural

### **Introdução**

Este trabalho faz parte de tese desenvolvida no programa de pós-graduação em geografia do IESA, e têm como objetivo discutir a participação da agricultura orgânica na produção territorial, especificamente no espaço rural da região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>. A base teórica desta reflexão tem como centralidade o conceito de desenvolvimento e sua concretude espacial.

O lugar definido para a realização desta análise é a região da Grande Dourados, situada no estado do Mato Grosso do Sul, na porção Meridional do estado, a sudoeste de Campo Grande, capital do estado. Sendo que sua econômica esta ligada produção do campo e por uma rede ligadas ao setor da agroindústria.

A atividade econômica nesta região tem sua importância na geração da riqueza no estado do Mato Grosso do Sul, mas apresenta problemas relativos aos aspectos sociais, culturais e ambientais, além de uma significativa concentração de riqueza. Esta forma de produção da agroindústria eliminou práticas culturais construídas historicamente, mudando as relações entre sociedade e natureza.

Este modelo produtivo dominante no Mato Grosso do Sul acarretou o empobrecimento da biodiversidade, a perda da qualidade do solo, a diminuição da quantidade hídrica e, conjuntamente, a transformação cultural.

Desta maneira a produção orgânica se insere nesta região como uma possível alternativa a produção no meio rural, possibilitando a prática agrícola

---

<sup>1</sup> Neste texto iremos utilizar Região da Grande Dourados para tratar da formação da área compreendida por municípios localizados ao sul do Mato Grosso do Sul e polarizada pela cidade de Dourados.

“alternativa” para os pequenos produtores da agricultura familiar, pois esta prática agrícola se caracteriza pela diversidade na produção de alimentos saudáveis e livre de agrotóxico e, ao mesmo tempo, proporciona a valorização dos conhecimentos “tradicionais” na agricultura, configurando como um contra ponto ao modelo agroindustrial exportação.

A produção orgânica, da forma como é estruturada neste início de século XXI, ganha destaque no Brasil com a incorporação à política pública do Território Rural Sustentável, criada pelo Ministério Desenvolvimento Agrária -MDA e Secretaria de Desenvolvimento Rural- SDT. Nesta política pública do governo federal do Brasil a região da Grande Dourados passa a ser definida como Território Rural Sustentável da Grande Dourados.

O Território Rural Sustentável da Grande Dourados, abrange aproximadamente área de 21.329,50 Km<sup>2</sup>, composta por 12 municípios: Nova Alvorada do Sul, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Rio Brillhante e Vicentina.

Possui uma população de aproximadamente 321.165 habitantes, dos quais 53.201 vivem na área rural, o que corresponde a 16,57% do total, destes 7.337 são agricultores familiares e 2.083 famílias assentadas. Também neste território são encontradas 1 comunidade quilombola e 7 terras indígenas.

Este conjunto de pequenos produtores rurais com estrutura familiar, é um dos motivadores para a existência da produção orgânica, mesmo em um território dominado pela produção de commodities rurais.

A produção de práticas agrícolas “alternativas” como a produção agrícola orgânica, justifica esta pesquisa de tese, propondo desvelar as contradições do mundo rural moderno, apontando para a hipótese da produção territorial múltipla e dinâmica. A proposta de tese busca associar elementos centrais do mundo moderno e de sua crise à valorização da natureza, à cultura e ao desenvolvimento.

A valorização da produção orgânica está relacionada diretamente aos ideais da vida moderna, , que se volta para a questão ambiental: “qualidade de vida”, saúde, sabor dos alimentos, questões ambientais, melhoria de renda. A busca pela sustentabilidade no sentido amplo do termo.

A produção agroecológica e sustentabilidade vão além do desenvolvimento econômico e do ambiente, e envolve a complexidade social, a segurança alimentar e a cultura. Neste sentido, as práticas “alternativas” ao modelo produtivo agrícola dominante, criadas pelos agricultores, são essenciais para a compreensão da existência da prática da agricultura orgânica em um local produzido pelo processo de modernização agrícola.

A produção da natureza e sua relação com o território são construídas pelos grupos sociais de acordo com as culturas e identidades e sua representação. Especificamente, a participação da produção orgânica na construção do território é constituída não somente por interesses econômicos, mas, também pelas operações simbólicas essenciais para estruturação e consolidação desta prática.

Na perspectiva analítica de território múltiplo e dinâmico é embasada teoricamente a proposta a reflexão acerca da participação da agricultura orgânica na produção da chamada Região da Grande Dourados

### **I. A construção do Território Rural da Grande Dourados**

Especificamente, ao olhar neste local, propõe enxergar os movimentos da sociedade na constituição do atual território, a idéia de cartografar a produção agrícola “alternativa” orgânica no Território Rural da Grande Dourados e os diversos significado da produção e do consumo de produtos orgânicos no mundo moderno.

Neste sentido considera como marco definidor do modelo de desenvolvimento adotado para a região da Grande Dourados, a política de ocupação da faixa de fronteira definida pelo Governo Federal na década de 1940. Basicamente, esta política tem como centralidade a transformação da natureza de valor de uso para valor de troca, com o domínio que se estabelece entre o uso da natureza e as práticas agrícolas.

Nas análises e nos levantamento de dados que justificam a ocupação territorial, considera pelo menos três momentos significativos de intervenção externas, como primeira considera o extrativismo de *Erva Matte*, cuja, a centralização foi realizada por uma empresa privada de exportação, onde as atividades econômicas foram estruturas no trabalhar imigrante e no sistema de endividamento da produção.

Como segundo momento de transformação territorial considera a política de integração do estado central por meio da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados–CAND. Esta colônia fez parte de um processo de colonização e distribuição de terras que buscava a integração do interior do país com o centro, promovendo a integração das “ilhas” com o centro do país, constituindo a chamada integração nacional.

No terceiro momento e o mais recente encontramos a transformação da propriedade privada da terra e a mercantilização da natureza transformam a região da Grande Dourados, agora através do uso de técnicas modernas para a modificação intensa da natureza. O momento, década de 1970, identificado com a “Revolução Verde”, que insere a efetivação da modernização pelo uso intensivo da técnica no

campo e uma política financeira para a implantação da modernização nestas áreas. Trata-se da terceira fase da constituição da região da Grande Dourados.

Estas fases da produção da região são as dominantes e produzem os processos de geração de riqueza e de miséria. A constituição da ideia da região da Grande Dourados está baseada na riqueza gerada pelo uso do solo para produção agropecuária destinada ao mercado internacional.

Em trabalhos de campo junto com os produtores orgânicos, foi possível identificar três grupos de produtores agrícolas produzindo alimentos orgânicos, e apesar desta possibilidade de fragmentação dos produtores em grupos, é possível considerar uma identidade entre eles – a resistência em permanecer na terra.

O primeiro do grupo identificados são produtores orgânicos que optaram pela produção de alimentos por acreditarem na necessidade de alimentos livres de agrotóxicos em função da melhoria de uma qualidade de vida relacionada à saúde. Sua motivação não é apenas o lucro e uma vez ou outra conseguem apoio de instituições como ONGs ou públicas – universidades e centros de pesquisa. Possuem história de vida relacionada à produção no campo dentro da lógica urbana.

Outro grupo é identificamos estão nos assentados rurais, são dependentes de ajuda técnica e operacional do estado, não conseguem se organizar de forma independente está à margem das políticas públicas do desenvolvimento do meio rural dos territórios, os proprietários rurais de terras estão vinculados a projetos das universidades.

Por fim, temos os produtores que se organizaram em torno de uma associação, reconhecidos como produtores orgânicos. São articulados com o poder público, conseguem dialogar com o estado, elaboram projetos e estão inseridos em colegiados e representações.

Este último grupo consegue, localmente, participar ativamente da construção da política pública do governo federal do Território Rural da Grande Dourados<sup>2</sup>. Esta ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário possibilita o fortalecimento do grupo organizado na Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS.

---

<sup>2</sup> Política pública do Governo Federal implementada por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/SDT, que propõe um desenvolvimento regional territorial do campo brasileiro incentivando ações que valorizem a organização e a produção dos pequenos produtores rurais da estrutura familiar.

## II. Considerações parciais

Neste olhar proposto, é importante teoricamente considerar a análise do desenvolvimento espacial desigual apresentado de forma distinta por autores como David Harvey e Neil Smith

Nos três grupos de produtores identificados, a produção orgânica está, em parte, vinculada a relações de comercialização que também aparecem como alternativas à rede comercial hegemônica, com destaque para a participação na estruturação da economia solidária. A distribuição também participa da rede comercial hegemônica, com a submissão às redes de supermercados e mesmo ao comércio local das cidades, criando o principal problema apontado pelos agricultores que é a comercialização da produção, nos moldes solidários.

## III - Referencial bibliográfico

- ABREU, S. de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósito e contradições.** Tese (Mestrado em Geografia), FFLCH – USP, São Paulo, 2001.
- ALTIERI, M.. **Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4 edição. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.
- ALMEIDA, J. Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. In **Ensaio FEE.** Porto Alegre, v.24, p499-520,2003.
- ALMEIDA, M. G. de. Cultura ecológica e biodiversidade. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, ano 2, n. 3, p. 70-82, 2003. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br> htm>. Acesso em: 20 jan. 2009.
- \_\_\_\_\_. Identidade e sustentabilidade em territórios de fronteiras no estado de Goiás-Brasil. In: DEL RIO, J. M. V.; CARDIA, L. M. **Territorialização, meio ambiente e desenvolvimento no Brasil e na Espanha.** Rio Branco: EDUFASC, p. 185-207, 2006.
- \_\_\_\_\_. Fronteiras, Territórios e territorialidades. in **Anpege** Revista eletrônica, n2, 2005. Disponível <<http://www.anpege.org.br>>. acessada 20/05/2009.
- \_\_\_\_\_. As ambigüidades do ser ex-migrante: retorno e o viver entre territórios. In Almeida, M.G.de(org). **Territorialidades na América Latina.** Goiás, Editora UFG/ FUNAPE; 2009.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A., **Extensão rural e agroecologia.** Cadernos MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CONDRAF – Conselho Nacional de desenvolvimento rural sustentável. **Política de Desenvolvimento do Brasil Rural.** Brasília, 2010.
- MOREIRA, J. R. **Terra, poder e território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.